

## CONSIDERAÇÕES SOBRE A TRANSFORMAÇÃO DA AGRICULTURA TRADICIONAL EM UM COMPLEXO MODERNO

Giarcaria Salomoni  
Universidade Federal de Pelotas  
Luca Helena de Oliveira Gerardi  
Universidade Estadual Paulista, Brasil

### RESUMO

O presente trabalho trata de reflexões das autoras sobre a questão da relação agricultura tradicional camponesa versus complexos agroindustriais. As autoras discutem as transformações sofridas pela produção familiar no processo de integração ao CAI e a luta daqueles unidades de produção/consumo pela manutenção de sua autonomia.

A agricultura, no seu sentido mais amplo, é entendida como sendo o resultado das atividades desenvolvidas por indivíduos sobre uma determinada área.

Nos primeiros tempos de vida do homem sobre a terra, esta era oferecida pela natureza. A partir da descoberta e introdução das técnicas ligadas às atividades agrícolas, foi alcançado um certo grau de independência em relação ao meio natural. Em contrapartida, isso resultou na formação de organizações complexas e dependentes de fatores externos, onde o trabalho passa a ser dividido e o espaço produtivo, reorganizado.

O rompimento com os sistemas anteriores de produção deflagra o início de um novo período na história da agricultura. Nessa fase, as atividades dominantes encontram-se alocadas no circuito urbano-industrial, em torno do qual os demais setores econômicos passam a gravitar. Os produtores rurais ingressam no “circuito-vicioso” do capital-expresso pelos mecanismos de crédito financeiro-responsável pela sua transformação em compradores/financiadores da produção agropecuária. Consequentemente, surge a necessidade de se envolver mais nos circuitos monetários e de mercado, introduzindo elementos que afetam a lógica e a própria natureza da forma de produzir no agro, o que implica, nas palavras de Muller em:

“desconsiderar a terra e as relações sociais estabelecidas a partir da sua apropriação como núcleo de análise e interpretação e, por força, como núcleo do entendimento das atuais questões agrárias”.

(MULLER, 1984, p 79.)

Porém o mesmo autor esclarece que isto não significa que a terra e as relações a ela atreladas sejam ali minadas dos estudos acerca da agricultura, mas que, impreterivelmente, devem ser redefinidas, frente a modificações em curso de campo. A partir da expansão do processo de modernização, as relações de produção tornam-se mais complexas e adquirem uma certa independência naturais, ou seja, o cultivo da terra deixa de estar ligado unicamente à subsistência e passa a voltar-se para a agricultura de mercado, por vezes

especializada na produção de matérias-primas para indústria. Certamente nesse momento a produção realiza-se sob um aporte econômico e técnico-científico superior à situação anterior, na qual predominava o auto-abastecimento das unidades produtivas.

Ainda que atualmente a agricultura participe apenas com uma parcela de 10 a 12% do PIB do País, ela tem uma importância relevante para a economia e como um todo, especialmente para o desenvolvimento do setor industrial. (Rev. Da Indústria, 1988).

Daí que as transformações ocorridas nas atividades agropecuárias, desde meados dos anos 60, ganharam magnitudes tais, que impõem uma revisão dos marcos teóricos utilizados na análise do desempenho das atividades pertinentes aos vários setores da economia brasileira. A necessidade de tal procedimento justifica-se vis-à-vis à existência de um processo técnico-econômico e sócio-político que solapou as bases tradicionais da agricultura, tornando-se a inviável como fator de reprodução social, a ponto de ser induzida a adotar os veículos de integração (crédito, maquinaria, insumos industriais, entre outros), como condição de sobrevivência dentro do contexto dos novos padrões reguladores da economia.

Essa nova dinâmica não pode mais ser aprendida pelo enfoque setorial das atividades produtivas, ou seja, pela consideração da agricultura como um setor da economia. Agora deve-se compreender que o desempenho econômico das atividades agropecuárias depende da dinâmica dos setores industriais e das formas e graus de interação destes como o setor agrário.

Nesse sentido, a forma de produzir e de organizar os mercados agrícolas encontra-se calcada na constituição e expansão dos ramos da indústria fornecedora de meios e produção modernos e das agroindústrias processadoras dos produtos agropecuários. Observa-se, então, que, embora as paisagens do campo e das cidades sejam visivelmente diferentes, ambas formam uma só realidade, sob o comando do setor urbano-industrial, centro de controle das decisões econômicas, políticas e sociais, que movem o sistema produtivo do país.

Sabe-se que, atualmente, grande parte dos agricultores familiares encontram-se vinculados ao capital comercial e industrial, uma vez que a produção agrícola é destinada à demanda dos setores externos à agricultura, os quais sujeitam essa produção à competição e às leis do mercado capitalista. Em consequência, estabelece-se um duplo processo de autonomia-subordinação camponesa, materializado em formas específicas de trabalhar a terra com os meios de produção disponíveis.

Na maioria das vezes, a intensificação das relações de produção capitalistas estabelecidas entre o setor industrial e agrícola encontra seu reverso na gradativa subordinação da pequena unidade produtiva subordinação da pequena unidade produtiva familiar. Em regra, a sua organização interna baseia-se na exploração da força de trabalho procura compatibilizar o potencial de mão-de-obra familiar disponível e a utilização de tecnologia moderna. Nesse

sentido, a organização do trabalho sofre alterações na sua natureza, intensidade e ritmo, e a mão-de-obra familiar vê ampliada sua capacidade de produzir, empresa no aumento da produtividade do trabalho.

O fato de os produtores familiares integrados estarem submetidos à tecnologia, ao financiamento e à comercialização prevaletentes na economia capitalista não significa que não possam dispor de nenhuma autonomia no processo produtivo. Mesmo estando incluídos no parâmetros da produção moderna e capitalizada, isso não eliminou sua capacidade de dispor de seus meios de produção, segundo a lógica interna às unidades familiares camponesas.

Os resultados dessas transformações na agricultura atingiram de forma marcante a produção familiar que, como foi visto anteriormente, se viu compelida a tomar parte do movimento global de mudanças tecno-econômicas. Tudo leva a crer que as unidades produtivas familiares, postas frente a esta situação, assumiram a empreitada de capitalizarem-se; caso contrário, estariam fadadas a ocupar uma posição marginal no processo de desenvolvimento.

Esse processo de reorganização da produção familiar pode ser periodizado em dois momentos principais:

- **Primera fase:** Traduz-se pela ocorrência de transformação da produção familiar tradicional (auto-suficiente) em mercado nacional para indústrias fornecedoras, quando estas colocam à disposição dos produtores insumos e equipamento gerados com altos níveis de sofisticação. Para garantir a assimilação deste padrão tecnológico, estabelecido pelo segmento industrial, são oferecidos aos agricultores incentivos financeiros e assistência técnica, cuja operacionalização possibilita a participação ativa do Estado, como intermediário entre os setores.
- **Segunda fase:** Traduz-se pelo interesse das empresas industriais em transformar as unidades produtivas familiares em fonte de materiais-primas agropecuárias, pressionando a adoção de técnicas modernas, de forma de garantir quantidade, qualidade e custos compatíveis com o processamento industrial.

Por outro lado, a reorganização das bases produtivas, sob a égide capitalista, não transformou totalmente as formas tradicionais de atividade agrícola. Determinadas áreas rurais continuam a desenvolver-se a partir da reprodução da agricultura de base familiar, cuja dinâmica pode ser encarada no contexto de subordinação às indústrias processadoras – ao agroindústrias.

## **PRODUÇÃO FAMILIAR INTEGRADA AO CAI**

Ao adotar perspectiva da integração intersectorial na economia, a noção analítica do CAI mostra-se apropriada para retomar o fio condutor que move as transformações operadas no setor agrícola. Permite também representar as funções assumidas pela agricultura e os conseqüentes reflexos sobre os

grupos sociais que tem suas abases materiais nesse complexo de inter-relações.

No caso específico dos produtores familiares (camponeses), considera-se, a priori, que estes se encontram amparados pela sua condição de proprietário individual dos meios básicos de produção; assim sendo, exercem uma certa autonomia quando inseridos no complexo de relações intersectoriais.

Desse modo, os camponeses, ou seja, aqueles cujas atividades ainda dependem em boa medida do uso intensivo dos fatores terra e trabalho, passam a ingressar num processo em que as condições de produção, enquanto produtor familiar, encontram-se atreladas ao capital urbano industrial.

Tais transformações, emergentes na década de 60 e intensificadas na de 70, provocaram significativas alterações na organização intensiva de unidade produtiva familiar, principalmente através da especialização agrícola e da mercantilização da produção e da mão-de-obra. Então, os produtores familiares veem-se compelidos a adotar um novo patamar técnico-produtivo, contando com elevada produtividade física do seu trabalho. Obviamente, a propriedade de terra e o emprego de brancos do grupo familiar continuam embasando o desempenho das atividades produtivas no setor agrícola; porém, é visível que a conduta dos produtores rurais volta-se para a conquista de mercados e financiamentos, tornando-os elementos capitalizados e inseridos nas transações monetárias, em consequência, também usuários de maquinaria, insumos industriais e serviços técnicos.

Quando a nova combinação de elementos passa a mover o ciclo produtivo, permitindo a obtenção de excedentes em escala comercial, o produtor protege suas aspirações em termos dos rendimentos que o montante físico da produção vai alcançar no mercado, tal que lhe permita suprir as necessidades básicas e, ainda, elevar seu padrão de vida. Desse modo, a reprodução do seu empreendimento depende fundamentalmente de que os investimentos monetários destinados à aquisição de elementos modernos estejam ajustados aos preços recebidos pelos produtos nos mercados industriais e comerciais.

Percebe-se que a incorporação familiar nos circuitos externos (urbanos e industriais) provoca mudanças estruturais no interior da unidade produtiva familiar, tanto pelo lado da produção, como pelo incremento no consumo. Segundo Muller, passa a predominar uma produção familiar moderna e tecnificada, na qual os próprios produtores rurais assumem o papel de agentes econômicos, movimentando capital e investindo-o na produção de sua empresa familiar (MULLER, 1989). Porém, devido à manutenção de características específicas que a diferenciam como produção camponesa, essas “empresas” surgem na agricultura como formas de um “capitalismo” sem “capitalistas”, como diz a literatura corrente.

Neste tipo de empresa de caráter familiar, é o proprietário que organiza e supervisiona diretamente o uso e a intensidade do uso de mão-de-obra, bem como dos recursos naturais. E ainda, exerce sua autonomia gerenciando seus custos de produção (em função deles, determina a intensificação do trabalho

familiar e/ou a ampliação da área explorada) e o nível de investimentos em capital que a “empresa” é capaz de absorver.

Passa a fase de transição no interior das cidades produtivas familiares, a tendência é que se configurem diferentes segmentos sociais em termos de relações de produção e desenvolvimento tecnológico:

“De um lado aqueles que se atrelam ao CAI, gerando uma camada de produtoras familiares capitalizados. E, de outro, aqueles que ficam marginalizados, pela sua baixa produtividade, dos grandes circuitos produtivos urbanos industriais”.

(SORJ, 1980, p 24.).

De fato, a realidade social de mostra que o tipo de industrialização do campo no Brasil não funcionou de maneira igualitária para todos os produtores rurais, uma vez que não só exclui grande parte deles do processo de modernização, como aumentou sua pobreza. Isso porque o fato de não estarem efetivamente atrelados aos circuitos industriais funciona como fator restritivo numa própria concorrência por mercados para sua produção.

Este caráter seletivo á fruto de critérios estabelecidos pelo CAI em relação á camada de agricultores passíveis de serem integrados. A saber, os produtores comuns, devem possuir uma propriedade cuja área não esteja baixo da média regional, localizarem-se em locais de acesso á indústria e terem condições de obter crédito, para mover o processo produtivo dentro dos padrões requeridos para indústria. Deve ser um proprietário que utilize basicamente mão-de-obra familiar e que se realice atividades voltadas ao mercado e, ainda, desenvolva a outras, diversificadas, como forma de garantir sua sobrevivencia.

Quaiser que sejam as formas de integração associadas á produção familiar, não representam, em hipótese alguma, as tendências inexoráveis propostas pelas categorias analíticas de modo de produção capitalista, ou seja, o seu total aburguesamento ou a completa proletarização e,

“embora se formem unidades produtivas altamente capitalizadas e com uma alta produtividade do trabalho, as especificidades inerentes á produção familiar permitem um alto grau de desenvolvimento das forcas produtivas, sem que haja necessariamente acumulação e centralização do capital, aumento da área média dos estabelecimentos e proletarização no seu stricto-senso”.

(CORADINI & FREDERICQ, 1982, p 63.).

Uma análise mais específica das relações estabelecidas entre a agricultura e o setor urbano- industrial permite identificar várias “nuances” nas formas de integração que une estes dois setores. Desse modo, a indústria pode estabelecer relações formais de integração com os produtores rurais, por intermédio de contratos de fornecimento de insumos e compra de produtos, até ligações indefinidas de compra e venda de produtos, sem chegar realmente a revolucionar os processos de produção agrícola.

Para o produtor formalmente integrado, a questão básica passa a ser sua subordinação ao capital industrial, através de normas contranaturais estabelecidas entre produtores e empresa integradora.

Esta forma particular de subordinação caracteriza-se pelo fato de que o capital não domina totalmente as relações sociais de produção. O produtor familiar mantém a autonomia do processo de trabalho, o que lhe confere um caractere de trabalhador independente, mas não alheio ao capital, antes o torna um elemento do seu próprio funcionamento.

Atualmente, a subordinação dos produtores familiares de dá via integração aos complexos agroindustriais específicos, como afirma Callegaro:

“Este é o sistema de produção de milhares de unidades produtivas camponesas no sult do País, a exemplo da produção de uvas, pêssego, morango fumo, aves, suínos, do Rio Grande só Sul até Santa Catarina, onde o trabalho integral da família está voltado á produção destinada ao abastecimento da agroindústria processadora a distribuidora”.

(CALLEGARO, 1989, p 70-71.).

O processo de integração ou não- integração de segmentos de produtores implica ter presente a simultaneidade de ação de grandes forcas político-econômicas, geradoras de uma industrialização parcial da agricultura, respaldada no autoritarismo político do Estado. Assim, a convergência de objetivos das forcas econômicas que agem no interior do CAI, torna s estrutura produtiva agrária na atualidade marcada por uma

“(...) concentração creditícia, concentracao dos meios modernos de produção e de comercialização e, concentracao fundiária”.

(MULLER, et alii, 1990, p 14.).

Todavía, entende-se que esta última forma de concentracao, e da terra, não pode ser generalizada, pois assume várias faces em virtude das conexões estabelecidas com os outros segmentos do CAI, isto é, muitas vezes é a própria configuração da estrutura fundiária que favorece a integração da agricultura ao complexo.

Nessa situação, embora ocupando uma pequena área fundiária, a produção integrada apresenta-se altamente capitalizada e, portanto, apta a participar do contexto produtivo moderno.

De modo geral, os produtores familiares, na sua luta para sobrevirem como tais, passam a assimilar as “regras do jogo” impostas pelo capital urbano-industrial e atrelam-se aos mecanismos disponíveis á agricultura, fornecidos, principalmente, pelos órgãos oficiais.

Sua capacidade de resposta às exigências do padrão de desenvolvimento vigente na economia levou os produtores a condição de usuários do fundo público, repassando a eles na forma de crédito agrícola. Foi justamente este capital financeiro que desencadeou o processo de industrialização do campo, o qual foi impondo a expansão das condições modernas de produção e servi ou de acução ao novo desenvolvimento agrário, desigual e combinado.

A ação desenvolvida pelo Estado orienta-se no sentido de fortalecer a camada de produtores capitalizados, sejam pequenos, médios ou grandes proprietários de terras, mas cuja produção encontra-se prioritariamente destinada ao mercado. Esse apoio sistemático encontra-se materializado no conjunto de políticas direcionadas ao setor rural. O sentido fundamental dessas medidas tem sido articular a produção agrícola ao CAI e suprir as necessidades de abastecimento interno e externo; para tal, torna-se mister a consolidação de uma infra- estrutura política coerente com o desenvolvimento econômico proposto para o sistema produtivo global.

O agente primário de mudanças na infra- estrutura econômica, social, institucional e política é, por tanto, o Governo. Sua ação, corporificada nas medidas contidas no planejamento oficial, são adequadas, por exemplo, via estabelecimento de preços mínimos, financiamento agrícola, incentivos ao ensino e á pesquisa direcionadas á agricultura para a transformação tradicional em um complexo moderno.

#### **BIBLIOGRAFIA CITADA**

CALLEGARO, I. C. **Estratégias de sobrevivencia familiar em pequenas propriedades rurais Três Barras (RS)**, Santa Maria: UFSM, 1989, 237 p. (dissertação de Mestrado).

CORADINI. O. L. E FREDERICQ, A. **Agricultura, cooperativas e multinacionais**, Rio de Janeiro: Zahar, 1982, 184p.

MULLER, G. Agricultura e agroindústria. **Anais** do Seminário Revisão Crítica da Produção sociológica voltada para a agricultura, Sao Paulo, ASEP/CEBRAP, 1984.

MULLER, G. As relações indústria- agricultura e os padores agrários: no Brasil. **Rascunho** N° 2, Araraquara: FCL/UNESP, 1989, 51p.

MULLER, G et alii.- Conflitos, sindicatos e agroindústrias: a difícil construção da democracia. **Rascunho** N°11, Araraquara: FCL/UNESP, 1990. 52 p.

\_\_\_\_\_ **Revista da Indústria**, abril 1988.

SORJ. B. **Estado e classes sociais na agricultura brasileira**, Rio de Janeiro: Zahar, 1980, 152p.